

APRESENTAÇÃO

13

Fertilizar os estudos de jornalismo a partir da decolonialidade

A perspectiva decolonial tem se apresentado cada vez mais como um tema emergente nos estudos em jornalismo. A presença crescente do debate decolonial instiga reflexões cada vez mais aprofundadas sobre a relação entre jornalismo, modernidade, colonialidade e decolonialidade, o que institui um importante desafio, já que tal perspectiva se configura como uma postura epistêmica (MALDONADO-TORRES, 2018), muito mais que um tema em voga estruturado em uma corrente teórica momentânea. Essa compreensão está fundamentada não apenas em postulações acadêmicas, mas também e, inerentemente, nas insurgências práticas conforme evidenciam as reflexões deste dossiê.

No jornalismo, as insurgências decoloniais delineiam o horizonte de iniciativas que buscam construir espaços/modos outros de produção e distribuição, em contraposição às práticas hegemônicas eurocentradas que constituíram o cenário denominado como modernidade, sustentado pela colonialidade — que, por sua vez, estabeleceu, através do racismo, a classificação e a diferença como base para um ambiente de expropriação e violência contra populações fora da Europa (GROSFOGUEL,

2018). Desse modo, a atitude insurgente questiona o sistema de poder organizado a partir dos empreendimentos coloniais e suas atualizações ao longo do tempo histórico no interior desse próprio sistema, através dos saberes e lógicas que resistem e re-existem à colonialidade e suas diferentes facetas.

As pesquisas que articulam comunicação e decolonialidade vêm, na última década, fornecendo um importante arcabouço epistêmico, político e cultural que emerge dessas insurgências, e que permite a construção de outros caminhos teóricos. A criação do Grupo Comunicación-Decolonialidad na Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (Alaic), que está em atividade desde 2016, é um marco importante. Entretanto, os estudos focados em jornalismo permaneciam à margem dessas reflexões ou dissolvidos em reflexões mais amplas.

Sendo assim, é possível afirmar (e celebrar) que este é o primeiro dossiê científico no Brasil a tratar a relação entre jornalismo e decolonialidade, o que marca o reconhecimento acadêmico-científico da importância e dos aportes da atitude epistêmica decolonial para os estudos na área. Esta edição compreende, portanto, que a decolonialidade não se configura como um tema antes inexplorado — primeiro porque está alicerçada nas insurgências empíricas de resistência e re-existências diversas ao longo do tempo, e segundo porque se alinha ao chamado “giro decolonial”, denominação que sintetiza o processo de consolidação da perspectiva decolonial como horizonte de investigação teórica, em diálogo com outras perspectivas teórico-críticas (BALLESTRIN, 2013).

Do ponto de vista da produção científica, foi o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000) quem estabeleceu um marco importante desses estudos, a partir do desenvolvimento do conceito de *colonialidade do poder*, na década de 1990. Em linhas gerais, trata-se das marcas históricas e estruturais inauguradas no período colonial e materializadas nas dimensões de raça, gênero e classe, ou seja, desde a divisão racial do trabalho até as hierarquias e binarismos de gênero e classe, impostos sobretudo aos povos escravizados de África e povos originários da América Latina, e que reconfiguram nas estruturas sociais contemporâneas. Esse marco conceitual se deu em diálogo e em convergência com outras perspectivas críticas, entre as quais destacamos a *interseccionalidade*, conceito sistematizado pela intelectual negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002) como ferramenta de análise e enfrentamento das desigualdades sociais.

Desde a decolonialidade, nos interessa evidenciar que o “sistema de opressão interligado” (AKOTIRENE, 2019) apontado pela interseccionalidade faz parte de um arranjo social e epistêmico inaugurado e sistematizado pelo projeto colonial, que estabeleceu as lógicas e práticas da Europa ocidental como padrão civilizatório. A configuração de tal projeto se manifestou no regime de expropriação, violência e extermínio, físicos e simbólicos, contra os grupos subjugados, o que não se deu sem dissensos e enfrentamentos. Com as atualizações contemporâneas do projeto colonial, essas disputas também se reconfiguram e persistem na amplificação das vozes historicamente sujeitas a regimes de silenciamento e invisibilização.

Nessa dinâmica, este dossiê busca contribuir com o processo de abertura e ampliação do horizonte epistêmico de discussão do jornalismo desde a decolonialidade, oferecendo espaço para o emergente debate das insurgências no campo do jornalismo. Da mesma forma que a própria área de estudos protagoniza, atualmente, a gradativa conformação e consolidação de caminhos teóricos e metodológicos a partir da decolonialidade, foi interessante observar que o próprio dossiê, pouco a pouco, revelou também uma dinâmica peculiar no seu arranjo conceitual, resultante dos próprios interesses dos autores e suas propostas.

Assim, no processo de organização deste dossiê testemunhamos o surgimento de quatro eixos de discussão fundamentais para o debate decolonial no jornalismo:

1. Relatos de experiência;
2. Reflexões conceituais sobre decolonialidade no jornalismo e suas especificidades;
3. Decolonialidade como horizonte epistêmico-político para a prática jornalística;
4. Decolonialidade como perspectiva crítica para análise do jornalismo.

Tais eixos nos serviram como fio condutor para a organização da sequência dos artigos, e nos apresentam questões significativas para a articulação jornalismo-decolonialidade, que caracterizamos a seguir sequencialmente.

Abrir espaço para os relatos de experiência nos parece não apenas uma possibilidade de aprender com a prática de grupos historicamente silenciados — que é um aprendizado da escuta, mas também uma oportunidade de reparar historicamente os

regimes de silenciamento e epistemicídio que caracterizam a colonialidade, tanto em sua configuração histórica nos empreendimentos coloniais, como também nas formas contemporâneas que esse poder se dispõe. Nesse sentido, abrimos o dossiê com esses relatos como forma de valorizar a escuta como reparação.

Tendo em vista o caráter inicial do debate decolonial no âmbito acadêmico, em especial na área de jornalismo, reconhecemos a necessidade de criação e debate de conceitos e categorias que vão constituir o horizonte semântico da decolonialidade para os estudos de jornalismo. Assim, a presença de artigos com esse intuito neste dossiê aponta para um horizonte de pesquisa que tende a crescer ainda mais.

Além disso, a perspectiva decolonial também nos impulsiona, como jornalistas e comunicadores, a rever nossas práticas e assumir comportamentos que sejam reflexo de um compromisso ético e político, inclusive do ponto de vista acadêmico, em desmontar os arranjos de poder da colonialidade que estabelecem parâmetros excludentes de raça, gênero, classe, sexualidade e de reconhecimento de saberes. Por isso, os artigos que discutem esse horizonte epistêmico neste dossiê também são uma forma de fortalecer o nosso compromisso ético-político que deve ser, segundo demonstram as próprias reflexões e experiências decoloniais, coletivo.

Da mesma forma, esse comprometimento preconiza uma revisão e ampliação dos princípios que regem a crítica do jornalismo, a fim de eliminar os efeitos dos regimes de esquecimento e apagamento das demandas e das memórias de violência e expropriação dos grupos historicamente subalternizados. Os artigos finais deste dossiê assinalam essas especificidades críticas, e também apontam um horizonte vasto para o crescimento da crítica jornalística.

A partir desses eixos, buscamos sinalizar esses caminhos abertos para ampliação do próprio entendimento sobre jornalismo, que possam reconhecer e refletir a pluralidade sócio-política no que se refere aos conceitos e às práticas jornalísticas. Desejamos, assim, que a leitura seja agradável e especialmente fértil às leitoras e leitores, fomentando e instigando futuros debates.

Edgard Patrício, Mara Rovida, Verônica Lima e Luan Santana

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, mai-ago. Brasília, 2013. pp. 89-117. Disponível em: <https://bit.ly/3PAVhVO>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 10 n. 1, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 28-56.

GROSFUGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 57-77.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-System Research**, v. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3PxRwAH>. Acesso em: 29 jun. 2023.